



Brasília, 27 de outubro de 2017.

**Plantão de Direção: Rogerio, Toninho, Darci e Eurídice.**

## INFORMES NACIONAIS

### Jogo de cartas marcadas - Temer sobrevive a mais um processo

*Só os trabalhadores mobilizados nas ruas podem derrotar Temer! Participe no dia 27 de outubro do Dia Nacional em Defesa dos Serviços Públicos.*

Na noite de quarta-feira, 25, a Câmara dos Deputados recusou mais uma vez, a autorização para o Supremo Tribunal Federal (STF) processar por crime comum o presidente Michel Temer (PMDB) e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral). Em menos de três meses a câmara não aprovou o processo que autoriza a investigação ao (des) governo de Temer sobre o crime de obstrução de justiça e organização criminosa.

As negociações feitas durante toda semana, para obter os votos necessários a aprovação do relatório, contaram com a liberação de nove ministros, verbas para parlamentares e Medidas Provisórias para agradar as bancadas. O espetáculo em rede nacional evidenciou mais uma vez o jogo de cartas marcadas entre PMDB e PSDB (no senado o PMDB salva Aécio Neves e na câmara o PSDB salva Temer).

Porém, diferente da votação anterior, a aprovação do relatório foi mais apertada com 251 votos a favor e 233 contra. O plenário acompanhou o relatório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG).

O pedido de autorização será arquivado. Neste cenário de crise política, o governo, agora “liberado das acusações”, voltará às ações para atacar o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras na tentativa de aprovar as reformas paradas no congresso. Além disso, Temer aguardava passar o processo para acelerar os ataques às Universidades Federais e ao conjunto dos servidores públicos.

Por isso, é necessária a retomada de ações nas ruas para derrotar tais ataques. A crise política não impede que o governo continue com a política de privatização. A FASUBRA, tem feito um chamado às demais entidades do serviço público federal, através do **FONASEFE** para um calendário unificado de LUTA. A plenária da FASUBRA já iniciou a mobilização de sua base com a jornada de enfrentamento aos desmandos desse DESGOVERNO.

#### **Dia Nacional em Defesa dos Serviços Públicos**

A Federação convoca a participação ativa de todas as entidades sindicais no dia 27 outubro, Dia Nacional em Defesa dos Serviços Públicos, com atos em todos os estados junto a outras categorias e deflagração da greve a partir do dia 10 de novembro.

Porém, é necessário ir além, defendemos a construção de uma nova **Greve Geral para derrotar a Reforma da Previdência (PEC 287/2016), o PLS 116/2017, revogar a Emenda Constitucional 95/16, a Lei de Terceirizações (13.429/2017) e a Reforma Trabalhista (13.467/2017).**

**FORA TEMER!**

## Relatório da Plenária Nacional da Fasubra Rio Janeiro-RJ

A Plenária Nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA Sindical, realizada nos dias 21 e 22 de outubro de 2017.

**LOCAL: Auditório do Golden Park Hotel, na rua do Russel numero 374 Glória RJ.**

**DELEGADOS PRESENTES: 183**

**ENTIDADES PRESENTES: 42**

### ABERTURA – PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA

#### **Análise de conjuntura.**

Após a saudação e informes, a mesa coordenou a análise de conjuntura. Os representantes das forças políticas da Direção Nacional abriram o debate.

Foi apresentado o quadro das assembleias referente ao indicativo de greve apontado na última plenária de Pernambuco. (VERIFICAR O QUADRO)

Foi pautado:

1. O indicativo de greve previsto para 23 de outubro e o calendário;
2. Adiamento do Congresso Nacional da FASUBRA (CONFASUBRA) foram destaques das avaliações.
3. A construção de uma caravana nacional no dia 10 de novembro em Brasília-DF, em conjunto com trabalhadores dos segmentos do serviço público e iniciativa privada e ações durante a semana.

Após as intervenções dos diretores foi aberta a intervenção aos delegados e observadores. Após 92 intervenções, encaminhou-se para a defesa e votação duas propostas referente a deflagração de greve.

#### **Proposta 1:**

Paralisação dia 27/10 em DEFESA dos Serviços Público, com ato nos estados e fechamento de rodovias;

**Indicativo de deflagração de greve para 10/11 com ato nos estados;**

Caso o governo entre com MP, deflagração imediata da greve;

Encaminhar o MEC o ofício cobrando uma reunião e denunciando a quebra de acordo;

#### **PROPOSTA 2:**

Paralisação dia 27/10, com ato nos estados e fechamento de rodovias;

Caso o governo entre com MP, deflagração imediata da greve;

**Fica a DN da FASUBRA autorizada a convocar a greve sem data definida;**

Encaminhar ao MEC o ofício cobrando uma reunião e denunciando a quebra de acordo;

#### **Foi aprovada a proposta 1 com a resolução abaixo:**

##### **Considerando:**

Que o governo Temer tem como objetivo aprofundar e acelerar o ajuste fiscal impondo mais sacrifícios aos trabalhadores, tendo aprovado até agora a PEC do fim do mundo, a ampliação da terceirização, a reforma trabalhista, a reforma do ensino e o decreto que fortalece o trabalho escravo no país.

Que nesse semestre o governo Temer tem como prioridade atacar o funcionalismo como parte do aprofundamento do ajuste fiscal, já existem medidas em vigor, como o PDV e a redução da jornada com redução de salários.

Que o ataque às Universidades Públicas, a exemplo da UERJ se aprofunda. Nos últimos dias foi anunciado pacote de medidas que envolve o aumento da contribuição previdenciária de 11 para 14% como também a reestruturação das carreiras destruindo conquistas e vitórias que acumulamos nos últimos anos com muitas lutas e greves.

Que esse pacote de maldades contra o funcionalismo está sendo anunciado para ser aplicado via projeto de lei ou medida provisória, após a votação da segunda denúncia da PGR contra Temer no congresso nacional no mês de outubro e/ou novembro sem uma data definida.

## **A PLENÁRIA DA FASUBRA RESOLVE:**

- Deflagração da greve para o dia 10 de novembro com possibilidade de antecipação caso o projeto que reestrutura as carreiras seja apresentado ( em forma de MP ou de projeto de Lei) antes dessa data.
- Construir e participar das atividades convocadas pelas centrais no dia 10 de novembro.
- Enviar ofício ao MEC informando que em caso de qualquer ataque ao PCCTAE modificando a lei 11091, a FASUBRA irá deflagrar greve imediatamente.
- Paralisação no dia 27 de outubro, dia nacional em defesa dos serviços públicos, com ações radicalizadas.
- CARAVANA NACIONAL A BRASÍLIA:** A direção da Fasubra irá convocar uma grande manifestação em Brasília, todas as bases precisam ficar em alerta. Será avaliado o melhor momento para a convocação da caravana.

## **EIXOS DA GREVE:**

- ✓Defesa da carreira dos TAES!
- ✓Negociação salarial já! Nenhum direito a menos!
- ✓Contra o aumento da contribuição previdenciária! Não a reforma da previdência!
- ✓Revogação do PDV!
- ✓Em defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade!
- ✓Em defesa dos serviços públicos!
- ✓Contra o PL 116 – demissão por avaliação negativa (fim da estabilidade)
- ✓Em defesa dos hospitais universitários.
- ✓Cumprimento do termo

## **CAMPANHAS GERAIS:**

- ✓Participar da campanha pela revogação da reforma trabalhista
- ✓Campanha contra a retirada do título de patrono da educação de Paulo
- ✓Freire.
- ✓Contra reforma da reforma da previdência
- ✓Fora temer!

## **CAMPANHAS ESPECÍFICAS:**

Desmonte da carreira

Fim da estabilidade – demissão por avaliação negativa

Pdv

Implicações da reforma trabalhista – terceirização nas universidades.

Em defesa da jornada de 30 horas (jornada contínua com turnos ininterruptos)

Em defesa dos hospitais universitários! Revogação da Ebserh e em defesa

Dos empregos dos trabalhadores ebserianos.

Contra a retirada de qualquer direito adquirido pela categoria.

- reposicionamento dos aposentados, 30 horas, 26%...

Paridade entre ativos e aposentados.

Contra qualquer perseguição e demissões a qualquer ativista da base da Fasubra! Reintegração dos demitidos já!

## **PLANO DE LUTAS – PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA**

- Paralisação dia 27/10, com ato nos estados;
- Rodada de assembleias para deflagração da greve;
- Deflagração da greve dia 10/11
- Participação do ato em BRASÍLIA dia 10/11, com as entidades do entorno do DF.

## **CONFASUBRA – PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA**

Após a avaliação da conjuntura e discussão da greve, e apresentação de esclarecimentos por parte da COORDENAÇÃO DE FINANÇAS foi encaminhada votação das seguintes propostas:

1. Adiamento do CONFASUBRA para 2018;
2. Manutenção do CONFASUBRA em 2017:

Foi aprovado o adiamento do CONFASUBRA para 2018.

Segunda votação:

Data do CONFASUBRA em 2018.

Foram apresentadas três propostas de datas para realização do CONFASUBRA em 2018:

1. Realização do CONFASUBRA para primeira semana de maio de 2018;
2. Realização do CONFASUBRA para março de 2018;
3. Realização do CONFASUBRA em 2020.

Ficou aprovada a proposta 1. Realização do CONFASUBRA para primeira semana de maio de 2018;

## **HOMENAGEM– PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA**

Foi solicitado a plenária um minuto de silêncio pelo falecimento do companheiro da UNIRIO.

## **CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE– PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA**

Foi prestada contas aos técnico-administrativos em educação, Marcelo Silva, Bruno Luiz Santiago Cruz e Rafael de Souza e Mello, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), exonerados do serviço público, sem direito de contestar a decisão.

O total arrecadado até o presente momento foi de 17 mil reais.

## **CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO: – PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA**

A FASUBRA disponibilizará peças da campanha para serem multiplicadas na base. Em 20 dias a partir das deliberações da plenária, a FASUBRA vai disponibilizar as peças da Campanha.

**Peças:** Folder, adesivos, faixas.

**Temas da Campanha:**

- ✓ Demissão por avaliação negativa
- ✓ PDV
- ✓ Estabilidade
- ✓ Ataques a Carreira: modelo que está sendo gestado;
- ✓ PL Terceirização – como nos ataca nossa categoria.
- ✓ Aumento da contribuição previdenciária – de 11% para 14%
- ✓ Licença incentivada
- ✓ Dar visibilidade a campanha nos educação pública

## **CAMPANHA DEFESA DO PATRONO DA EDUCAÇÃO PAULO FREIRE– PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA**

A FASUBRA realizará uma ampla campanha em defesa do patrono da educação Brasileira PAULO FREIRE.

## **MOÇÕES – PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA:**

Foram aprovada três moções na plenária, que segue:

1. Moção de repúdio contra o delegado de base do SINTFUB Mauricio;
2. Moção de apoio aos trabalhadores da Casa de UFRJ,;

### **Moção de repúdio**

As trabalhadoras e os trabalhadores presentes à Plenária Nacional da Fasubra Sindical, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 21 e 22 de outubro de 2017, vêm publicizar seu total repúdio a atitude do delegado Mauricio Sabino Rocha do SINTFUB, que desrespeitando todas as construções democráticas da nossa categoria e suas instâncias, demonstrou sua intolerância e descaso à democracia e a diversidade, interrompendo, atrapalhando, debochando e criticando a fala da convidada Lúcia Reis da UFRJ/SINTUFRJ/CUT.

O delegado Mauricio Sabino Rocha, durante os cinco minutos destinados a saudações e intervenções da convidada, de forma arrogante e desrespeitosa, atacou a companheira Lucia Reis e questionou a histórica organização da Plenária, de abrir espaços para todos os pensamentos e linhas ideológicas que compõem o movimento das e dos técnicos – administrativos em educação.

Obvio ficou ainda que o delegado Mauricio Sabino Rocha reagiu de forma opressora (machista), pois usou até mesmo o seu alto tom de voz e gestos para intimidar e cercar a companheira Lucia e as mulheres próximas no seu legítimo direito a expressão.

Trata-se de mais uma das sistemáticas manifestações de opressão a que estão expostas as mulheres quando ousam se manifestar no movimento sindical.

É inadmissível ainda que tal situação ocorra em Plenária da FASUBRA após a realização do II Seminário LGBTI, pela diversidade social e de gênero que aconteceu dia 20 de outubro de 2017 e tratou da temática opressão. Neste sentido, torna-se imprescindível que os debates teóricos se concretizem em ações buscando erradicar tais práticas, inclusive no seio das nossas instâncias sindicais. Cumpre-nos repudiar tais ações e solicitar que o sindicato de base do referido delegado peça retratação pública e aplique-lhe medidas pedagógicas no sentido de respeitar as diferenças e especialmente as mulheres.

Perguntamos-nos e remetemos como reflexão a esta plenária: mesmo ele discordando dos pontos apresentados por Lúcia, se ela fosse um homem, tais reações seriam manifestadas de modo tão agressivo como foram com uma mulher?

Moção de Apoio da Fasubra.

Aos servidores da casa da Ciência UFRJ

Apoiamos a luta e a reivindicação dos servidores da Casa da Ciência da UFRJ pela regulamentação do trabalho aos finais de semana, feriados recessos e pontos facultativos, pois, estes estão atuando sem nenhuma compensação financeira ou de carga horária extraordinária.

Solicitamos um posicionamento do Pró Reitoria de pessoal (PR-4) a fim de resolver urgentemente esta situação de trabalho mais precárias que a CLT.

## **SEMINÁRIO LGBTI – PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA**

Foi aprovado ad-referendum o relatório do seminário LGBTI, a ser divulgado até a próxima plenária.

## **Especialistas discutem o rumo das políticas para a comunidade LGBTI**

Nesta manhã, 20, começou o II Seminário LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais) da FASUBRA Sindical, no Hotel Golden Park Rio, na cidade do Rio de Janeiro. Na mesa de abertura, os diretores Wellington Pereira e Francisco de Assis da coordenação de Políticas Sociais e Gênero afirmaram o compromisso da Federação em avançar na questão da igualdade de gênero.

Segundo Assis, o seminário “é um debate fundamental para trabalhadores e dirigentes sindicais no enfrentamento ao machismo e homofobia, reafirmando uma política de formação e respeito”. Para Wellington, o evento dialoga não só com o público LGBTI, mas com os técnico-administrativos em educação das universidades que trabalham com esse público.

### **Mesa temática.**

Os convidados para a primeira mesa de debates foram, Célia Selem da Secretaria da Diversidade da Universidade de Brasília (UnB), Antônio Lopes de Souza Neto da Aliança Capixaba pela Cidadania, Carolina Farias Ribeiro do coletivo nacional Mães e Pais pela diversidade e Charles Vieira, diretor do conselho regional de serviço social do RJ, membro do conselho estadual de direitos da população LGBT do RJ e pesquisador na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

### **As políticas LGBTI nas Universidades.**

Célia Selem falou sobre as experiências na Diretoria de Diversidade e as políticas implementadas na UnB. Se apresentou como lésbica e militante LGBTI desde os anos 2000 quando trabalhava com pesquisas sobre lésbicas no Brasil. “A UnB é a única que tem uma diretoria sobre o assunto e integra a universidade. Em outras universidades existem núcleos de pesquisas e coletivos dentro dos diretórios acadêmicos”, disse.

Atualmente, todos têm a consciência da situação de retrocessos que compõem a minoria na amplitude de direitos humanos (negros, LGBTI, mulheres, indígenas), segundo Célia. Também destacou o crescimento do pensamento conservador e fascista no meio da classe trabalhadora, devido ao distanciamento do contato de formação das bases, em uma perspectiva de diversidade e luta de classe. Para Célia, é necessário investir na formação da base sobre a questão LGBTI e alinhar à luta de classes para formar os trabalhadores.

### **Experiências na universidade.**

De acordo com Célia, na Diretoria de Diversidades há quatro coordenações, diversidade sexual, negros, indígenas e direitos da mulher, criados em 2013, em consequência da mobilização dos coletivos da universidade, após diversos episódios de discriminação e violência dentro do campus.

A diretoria tem espaço próprio e uma equipe técnica constituída de assistentes sociais e psicólogos, para atender as denúncias de casos de homofobia, assédios, preconceitos, violência física, por sistema eletrônico e presencialmente.

Também realizam acolhimento e atendem casos que ocorrem com os estudantes fora da universidade. “Muitas vezes pessoas trans que não são aceitas dentro da família, acabam sendo expulsas e chegam até a diretoria com um prejuízo acadêmico muito grande, sem ter onde morar e sem estrutura econômica e a universidade não consegue integrar esses estudantes dentro das políticas de assistência estudantil porque eles não se enquadram nos critérios”. São realizadas rodas de conversa que ajudam a identificar os diversos tipos de denúncias.

### **Políticas de Formação em Gênero e Diversidade Sexual.**

Antônio Lopes de Souza Neto (Toninho) da Aliança Capixaba pela Cidadania, militante de direitos humanos, iniciou com o poema de Waldo Motta, homossexual e negro, do norte do Espírito Santo, reconhecido fora do país.

Em sua experiência na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como técnico-administrativo, trouxe em 2009, o curso Gênero e Diversidade na Escola, um dos programas do governo federal que constituía a rede de educação para a diversidade do Ministério de Educação. “Haviam 16 cursos, no governo Dilma aumentaram para 40 cursos ofertados”.

A política inédita dos cursos ofertados, entre 2008 e 2009, incentivada pelo governo, surgiu a partir de um projeto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio do Centro Latino Americano de Direitos Humanos e Sexualidade. Na ocasião, Toninho lamentou o desmonte da UERJ.

Toninho pontuou o desmonte do projeto Escola sem Homofobia de 2011, construído por organizações do movimento LGBT, vetado pelo MEC, por pressões fundamentalistas. “A formação em gênero e diversidade sexual é um desafio muito grande, tenho certeza de que nós técnico-administrativos temos condições de fazer esse enfrentamento nas assembleias”.



De acordo com o técnico-administrativo, em 2015, a proposta da Conferência Nacional de Educação de incluir os temas de gênero e diversidade sexual nos planos nacional, estaduais e municipais de educação foi extirpado. 'O avanço das forças conservadoras, fundamentalista religiosas permitiu todo esse desmonte do que construímos'.

Também falou sobre a polêmica cura gay e discursos fundamentalistas religiosos nos cursos de psicologia. "Querem trazer à tona a famosa cura gay". Para Toninho, é preciso pensar políticas de saúde para a população LGBTI. O técnico-administrativo defende a igualdade de gêneros e não a ideologia de gêneros.

### **Mães pela Diversidade.**

De Maricá-RJ, Carolina Farias Ribeiro faz parte do coletivo Mães pela Diversidade, espalhado em todo país e nas cidades do estado do RJ. O movimento surgiu em São Paulo, dissidentes de outros grupos, expandindo para 14 estados.

"Como é triste a opressão de um filho, que não pode ser quem ele é dentro da sua própria casa, com os próprios pais. Ter que se esconder da própria mãe. A mãe, símbolo maior do acolhimento", assim Carolina iniciou sua fala.

A proposta do coletivo é o acolhimento aos filhos LGBTI e mães por meio de conversas e muito diálogo sobre questões de como lidar com o fundamentalismo religioso. Como exemplo do pensamento fundamentalista, Carolina contou sobre as mudanças na vida noturna do bairro de Ipanema onde haviam diversos bares frequentados por pessoas LGBTs. "Estamos cada vez mais encurralados, em guetos e dentro de casa. E em casa não há acolhimento, eles vão para onde?"

Para Carolina, a situação de uma mulher trans, retratada na novela da TV Globo, foi um Boom, "tivemos que deixar companheiras de plantão para acolher as famílias, a questão da transfobia assusta muito, a sociedade está aí para te expurgar", disse se referindo à reação das pessoas sobre o assunto.

Carolina alertou sobre o problema da homofobia dentro da esquerda e a necessidade de acolhimento. "Temos esse trabalho como compromisso, não podemos deixar nossos filhos ao relento, porque quando deixamos, ele se afasta e vai para o mundo da marginalidade. Temos que cada vez amar mais".

A mãe, compartilhou o caso de uma criança trans de seis anos de idade, de uma cidade do estado do RJ, que sofria discriminação. "A escola queria que ela entrasse na fila dos meninos, utilizasse o banheiro masculino, mas afirmava ser menina. Tivemos que interferir e conseguir um advogado para a mãe. A escola não entendia aquela criança de seis anos dizendo o que ela era. Conseguimos que fosse aceita, isso foi uma grande vitória pra gente", desabafou Carolina.

### **Políticas de estado para as comunidades LGBTI**

Charles Vieira, diretor do conselho regional de serviço social, membro do conselho estadual de direitos da população LGBT do RJ, conselheiro fiscal e ex-diretor do Sindipetro-RJ, participa de um grupo de trabalho de enfrentamento às opressões dentro da Petrobrás.

"Nós bichas temos que sair do armário do nosso gueto e ir para o armário da sociedade para militar junto com os companheiros que não são LGBT. Todos nós somos trabalhadores, a luta é comum contra a burguesia, contra o capitalismo"

Segundo Charles, o retrocesso da laicidade do estado está fazendo retroceder muitos direitos. No Brasil matam-se mais pessoas LGBTI que em qualquer outro país, onde é criminalizada a homossexualidade, uma pessoa morre por dia por motivação lgbtfóbica. "No Brasil se mata mais travestis e transexuais no mundo. São crimes com requinte de crueldade, como empalhamento, facadas, esquartejamento".

### **O que é esse Estado? A serviço de quem está trabalhando?**

Charles se aproxima da concepção Gramsciana de Estado, que o define enquanto sociedade política e sociedade civil. "Vivemos em um Estado onde predomina a hegemonia ideopolítica e socioeconômica burguesa sobre bases conservadoras, fundamentalistas, confessionais e latifundiárias. É a bancada da bala, da bíblia e do boi (bancada BBB). Em sua natureza é um Estado violador de direitos. Irá defender os direitos de um determinado setor em detrimento de outros".

### **História das políticas sociais para a comunidade LGBT**

Baseado no livro, Na trilha do Arco Íris, dos autores Júlio Simões e Regina Fachin sobre a história das políticas sociais voltadas para a população LGBT, Charles apresentou uma discussão de movimentos LGBTs no Brasil, em três ondas.

Em 1973, a população LGBT lutava por visibilidade, contra culturalmente questionando os valores da burguesia. “Só que nesse momento ainda não se falava em políticas sociais, ainda em período de ditadura”.

A segunda onda aconteceu em meados da década de 80, quando surge a epidemia de AIDS, que faz diminuir o número de grupos, pulverizar e descentralizar os militantes pela causa LGBT. “Isso obrigou os grupos que resistiam, a fazer um giro nas suas pautas pela despatologização da homossexualidade. Até então a AIDS era um privilégio da população gay, a medicina da época dizia que a culpa era do gays do sexo masculino. Foi o estigma que a população LGBT trouxe”.

Na terceira onda, na década de 90, o movimento ganha certa institucionalização, o marco foi em 1995 quando surge o projeto de lei para união civil homoafetiva, quando acontecem os encontros e surgem outros grupos voltados para a causa LGBT, preocupados com a população LGBT que tinha AIDS.

Charles defende que está em curso uma quarta onda, de mercantilização das pautas LGBT via terceiro setor, na década de 2010 pra cá ocorreu um boom de organizações não governamentais. “O problema é quando o Estado tira a responsabilidade por nossas pautas e direciona somente para esses setores, pra mim é uma desconstrução daquilo que a gente quer”.

Em 2004, surge o programa Brasil sem Homofobia. Em 2008, é criado o Plano Nacional de Promoção e Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e regulamentado o processo transexualizador através da portaria 1707/08. Em 2013, o Brasil reconhece o casamento homo afetivo. Em 2015, é regulamentado o processo de adoção e o uso do nome social para travestis e transexuais em autarquias.

“Tudo é muito recente! Quando a gente começa a conquistar espaço, vem essa onda reacionária, mercantilizada e fundamentalista que faz retroceder um monte de direitos”. Charles finalizou convocando a população LGBT para ocupar os espaços políticos. “Ser LGBT para além de uma questão de gênero, é uma política!”

### **Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical**

## **Em defesa do Estado Democrático de Direito e da Autonomia Universitária: Floripa contra o Estado de Exceção!**

Os setores democráticos da sociedade brasileira devem se unir com urgência em luta contra a perigosa destruição dos fundamentos do Estado Democrático de Direito protagonizada por agentes públicos e privados que promovem no país um retrocesso civilizatório, cultural, político, econômico e social. Golpes ao direito constitucional da presunção de inocência e do devido processo legal se somam à supressão de direitos sociais e a decisões contrárias à soberania nacional e à vontade da população expressa pelo voto. Tais ações, de viés arbitrário e antipopular, transformaram o cenário de luta política no país em pouco tempo, em conexão com disputas geopolíticas internacionais contra a autodeterminação dos povos e nações, que têm como um dos seus elementos centrais a destruição dos serviços públicos, notadamente no campo educacional em todos os seus níveis e modalidades. A invasão do Campus da UFSC, na operação que mobilizou 105 agentes federais para a prisão abusiva do reitor e outros servidores públicos, no dia 14 de setembro, é parte explícita desse contexto. O ato configurou um ataque inaceitável ao princípio da autonomia universitária, previsto no Artigo 207 da Constituição Federal – com consequências trágicas. Infelizmente, agentes públicos que deveriam zelar pela aplicação da Lei e da Constituição transformaram a presunção da inocência – ponto basilar do Estado Democrático de Direito, pilar da democracia, conquista da civilização – em inútil ornamento legal. Incorporaram, a pretexto da investigação e do combate a suspeitas de irregularidades na gestão pública, práticas políticas hediondas utilizadas sistematicamente contra enormes parcelas das populações empobrecidas do país: prendem primeiro, interrogam depois. Nas periferias de Florianópolis, apenas em 2017, mais de 130 pessoas já foram mortas e, como no Brasil inteiro, a violência policial contra jovens negros é cotidiana: eles são “julgados” por convicção (sem provas), por preconceito e presunção de culpa, e são imediatamente punidos. O modus operandi dessas práticas, especialmente desde março de 2014, tem sido o espetáculo das prisões temporárias ou preventivas, às vezes sem provas, baseadas na palavra de “delatores”, repercutidas de imediato pela mídia monopolizada, sem crítica ou qualquer contraponto dos acusados. Como escreveu o jornalista, advogado e ex-senador Nelson Wedekin, temos “uma imprensa que primeiro atira e só depois pergunta quem vem lá, quando e se pergunta. Uma imprensa que toma como verdadeira, em princípio, a palavra da autoridade, não mediada, não contextualizada”. Essa mídia destrói reputações em minutos. Ela atua em parceria com agentes do Estado (PF, MPF e Judiciário Federal) que, em sintonia com os interesses dos setores rentistas internacionais, demonizam a política e destroem empresas nacionais, públicas e privadas, solapando o papel do Estado nas garantias sociais. Esse quadro insano remonta à invasão anterior da UFSC, em 24 de março de 2014. Naquela ocasião, a PF e a tropa de choque da PM, com forte aparato repressivo, deixaram feridos estudantes, técnicos-administrativos e docentes, sob bombas de gás e balas de borracha, a pretexto de combater o tráfico de drogas. O ato resultou num processo, por parte do MPF, no qual um técnico-administrativo e quatro professores



correm o risco de perder direitos políticos e serem exonerados de suas funções públicas, além de multas, por terem agido em defesa da autonomia universitária e da integridade física dos estudantes. Denunciamos os agentes do Estado policalesco que, atuando fora do devido processo legal, atacam a Universidade, impondo grave prejuízo à imagem da mais importante instituição de ensino público catarinense e à reputação da sua gestão e de seu principal dirigente. A universidade, sempre sujeita às condutas administrativas de controle e investigação de denúncias nos termos da lei, foi violentamente atingida. Clamamos pela apuração de responsabilidades civis, criminais e administrativas de todas as autoridades policiais e judiciárias envolvidas nas ilegalidades que levaram ao suicídio do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (prisão arbitrária, negativa de assistência espiritual e proibição do acesso à UFSC). Exigimos que todos os fatos sejam esclarecidos. Fazemos nossas as palavras do professor e desembargador Lédio Rosa de Andrade: “Em nome da liberdade de julgar, neofascistas humilham, destroem e matam. Porcos e homens se confundem. Fascistas e democratas usam as mesmas togas. Eles estão de volta, temos que pará-los. Vamos derrubá-los novamente”. Contra todo tipo de golpe e perda de direitos! Pela aprovação urgente da Lei Cancellier de Abuso de Autoridade na Câmara Federal! Pelo absoluto respeito aos Direitos Individuais e Coletivos assegurados na Constituição! Em defesa da UFSC, da Autonomia Universitária, da Soberania Nacional e do Estado Democrático de Direito! Não ao Estado de Exceção!

Florianópolis (SC), 18 de outubro de 2017.

COLETIVO FLORIPA CONTRA O ESTADO DE EXCEÇÃO Contatos: Facebook:

<https://www.facebook.com/Floripacontraestadodeexcecao/> Blog: <http://floripacontraestadodeexcecao.blogspot.com.br/>

Mande sua adesão para o e-mail: [floripacontraestadodeexcecao@gmail.com](mailto:floripacontraestadodeexcecao@gmail.com)

**Informamos as entidades de base que a instalação do comando de greve se dará no dia 13/11, segunda-feira.**

## CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

### OUTUBRO

27	Ato nos estados em defesa do serviço público
28	Dia do Servidor Público (art. 236 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

### NOVEMBRO

08	Reunião Ordinária do FENTAS
09 e 10	299ª Reunião Ordinária do CNS
10	<b>DEFLAGRAÇÃO DA GREVE FASUBRA</b>
10	Construir e participar das atividades convocadas pelas centrais
13	Instalação do comando de greve

### DEZEMBRO

06	Reunião Ordinária do FENTAS
07 e 08	300ª Reunião Ordinária do CNS

Quadra 6 Bloco A Lote 157 - 2º andar - Salas 205 a 2018 – Edifício Bandeirantes - CEP 70.300-910

Caixa Postal 10818 – Asa Sul – Brasília, DF. Fones: +55 (61) 3349-9151 / 3349.1772 / 3349.4420 / 3349.4811

E-mail: [fasubra@fasubra.org.br](mailto:fasubra@fasubra.org.br)

Portal: [www.fasubra.org.br](http://www.fasubra.org.br)